



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANA LÍDIA DE OLIVEIRA MORAES

**A PERCEÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA SOBRE AS POLÍTICAS DE
INCLUSÃO:** Um Estudo Sobre Leis E Práticas Na Universidade Federal Do Pará – Campus
Bragança.

BRAGANÇA-PA
2021

ANA LÍDIA DE OLIVEIRA MORAES

A PERCEPÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA SOBRE AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO: Um Estudo Sobre Leis E Práticas Na Universidade Federal Do Pará – Campus Bragança.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará - Campus Bragança, como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Pereira de Oliveira.

ANA LÍDIA DE OLIVEIRA MORAES

A PERCEPÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA SOBRE AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO: Um Estudo Sobre Leis E Práticas Na Universidade Federal Do Pará – Campus Bragança.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará - Campus Bragança, como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Pereira de Oliveira.

Data de aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Pereira de Oliveira
Orientador - UFPA

Prof. Dr. Neide Maria Fernandes de Sousa Rodrigues
Membro Interno - UFPA

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Trino, Criador dos céus e da Terra, doador da vida e de toda a capacidade humana, meu Mestre e Senhor, que me sustentou até aqui, com bênçãos imerecidas e graça abundante. *Soli Deo Gloria.*

Aos meus pais, Ivan Ribas e Maria Virgínia, instrumentos usados por Deus para me conceder a vida e tudo o que sou. Meus primeiros professores, me ensinaram o que há de mais valioso, e até hoje meus maiores incentivadores.

Aos meus irmãos Daniel e Isabela, a vida de vocês são bênçãos em minha vida, companhias para todos os momentos.

Ao meu noivo Matheus, pela amizade, amor, compreensão e todo o incentivo que precisei na caminhada acadêmica.

A minha vó Deusarina, e tios João Carlos e Antônia, que me acolheram em sua casa para que eu pudesse morar próximo a faculdade, obrigada por todo amor e preocupação.

Aos meus colegas da turma Pedagogia 2016, a todo conhecimento adquirido juntos e percurso que não será esquecido. Em especial, agradeço a Alice, amiga de curso e de fora dos portões da Universidade, tua companhia foi imprescindível nessa jornada.

Ao meu orientador professor Francisco Oliveira, pela confiança depositada em mim e no meu trabalho, por toda a paciência, incentivo e disposição em compartilhar de seus conhecimentos, foi fundamental em todo o percurso e construção deste trabalho.

E a Universidade Federal do Pará e todo o corpo docente, Universidade que me acolheu e me preparou para uma vida profissional. Aos professores por todo conhecimento compartilhado e conquistado juntos, sou grata pelo tempo que passei nesta Instituição.

RESUMO

O estudo apresentado é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que teve por objetivo analisar as percepções da pessoa com deficiência no que tange a legislação de políticas públicas para a pessoa com deficiência e práticas dentro da Universidade Federal do Pará – Campus Bragança. O estudo, sendo de caráter qualitativo, se baseou nos documentos regulatórios sobre inclusão no Brasil, panorama histórico internacional e nacional, e a percepção da pessoa com deficiência a partir de questionários com perguntas semiestruturadas, essas fontes são constituídas de quatro pessoas divididas entre discentes e servidores da Instituição. A análise dos dados ocorreu por meio de interpretação da fala dos sujeitos, mediante ao aporte teórico, legislação, e análise autoral. O estudo indicou em seu resultado a ausência de atendimento integral às pessoas com deficiência, sendo enfatizado as adequações arquitetônicas, a lacuna entre legislação e práticas e ausência de uma formação mais completa tanto do corpo pedagógico e dirigente da Instituição, como de profissionais da construção civil e da arquitetura. No mais, foi indicado que os caminhos pelos quais as Instituições de Ensino Superior estão, em relação a inclusão da pessoa com deficiência, ainda é longo e precisam ser consolidadas no fazer pedagógico, social e demais áreas.

Palavras-Chave: Política Pública de Inclusão. Percepção. Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

The study presented is the result of the Course Completion Work (TCC), which aimed to analyze the perceptions of people with disabilities regarding public policy legislation for people with disabilities and practices within the Federal University of Pará - Campus Bragança. The study, being of a qualitative character, was based on the regulatory documents on inclusion in Brazil, international and national historical panorama, and the perception of people with disabilities from questionnaires with semi-structured questions, these sources are made up of four people divided between students and Institution's servers. Data analysis occurred through the interpretation of the subjects' speech, theoretical support, legislation, and authorial analysis. The study indicated in its result the absence of comprehensive care for people with disabilities, with emphasis on architectural adaptations, the gap between legislation and practices, and the absence of a more complete training both from the institution's teaching staff and management, as well as from construction professionals and architecture. Besides, it was indicated that the

paths through which Higher Education Institutions are, concerning the inclusion of people with disabilities, are still long and need to be consolidated in pedagogical, social, and other areas.

Keywords: Public Inclusion Policy. Perception. Disabled Person.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	7
2	PROCESSO DE INCLUSÃO	9
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
3.1	Área de Estudo	13
3.2	Coleta de Dados	14
3.3	Análise dos Dados.....	15
4	RESULTADO E DISCUSSÕES	15
4.1	Teoria e Leis em comparação a Práticas e Percepções	15
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
	REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos para a inclusão da pessoa com deficiência¹ nos vários âmbitos da sociedade é uma prática ainda recente e desafiadora. Ao longo da história, as definições e concepções para essas pessoas passaram entre o místico, assistencialismo, científico e social, carregadas geralmente de preconceção e discriminação (MARQUES, 2010).

Em contraponto ao histórico de marginalização, surgem diversas mobilizações, como: a Declaração de Salamanca (1994); a Convenção de Guatemala (1999); a Convenção Internacional para a Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência pela Organização das Nações Unidas (2003); a Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (2006), entre outros. Trazendo, assim, uma nova concepção da pessoa com deficiência e seus direitos perante a sociedade.

Em paralelo a isso, o Brasil foi impulsionado a alinhar suas políticas internas em direção à perspectiva da garantia de direitos humanos e igualdade às pessoas com deficiência, conforme as políticas e concepções internacionais. Diversas leis, entre as quais normas, decretos, resoluções e diretrizes surgem nesse período, em especial no que se refere ao acesso à educação com: a Política Nacional de Educação Especial (1994); Lei nº 9.394 de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 10.436 de 2002, entre outros.

No contexto educacional, as primeiras propostas se deram para o nível da educação básica e, a posteriori, para a garantia dos direitos de aprendizagem, em que foi necessário elaborar planejamentos para o nível superior, o qual “(...) desde 2005 o ‘Programa Incluir’, reconheceu a importância de se fomentar ações para a criação e consolidação de núcleos de acessibilidade no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior” (WASHINGTON, 2017, p. 02).

Em virtude deste cenário relativamente recente de práticas inclusivas no contexto do ensino superior que este trabalho propõe a compreender as ações práticas na universidade federal de Bragança, conhecendo os objetivos já alcançados e os desafios que ainda se encontram, na percepção, sobretudo das pessoas com deficiência que estão inseridas neste

¹ Conforme a terminologia utilizada na Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas – ONU (2006), a qual passou a ser utilizada também no Brasil, após ser inserida como emenda na Constituição Federal de 1988, sendo hoje essa nomenclatura utilizada nos processos políticos e norteador nos processos educativos inclusivos.

espaço, e almeja-se contribuir com reflexões e sugestões do que pode ser melhorado, a partir das observações das entrevistas.

Devido às instigações que este tema ainda provoca, e que ainda há de impulsionar, o espaço acadêmico percebe a necessidade que tem de dialogar mais sobre este assunto, e foi neste contexto, na sala de aula, em debates, que são inerentes ao Curso de Pedagogia, que houve motivação para esta temática.

A inclinação da preferência desta pesquisa surge também a partir da inserção e interação no projeto de iniciação à docência voltado à docência inclusiva de alunos com deficiência. Por certo, foi um ponto enriquecedor na formação e sensibilização aos desafios que são encontrados no ambiente escolar. Ao passo que o aprendizado intensifica e instiga no trabalho de mediação pedagógica de alunos com deficiência.

Apesar de ser um assunto bastante recorrente em trabalhos acadêmicos, a escassez de pesquisas voltadas ao contexto universitário, na região bragantina, foi o motivo maior para a escolha deste tema.

Nessa perspectiva, serão investigados a partir dos sujeitos da pesquisa, suas percepções em relação às legislações para as pessoas com deficiência, e sua efetividade no âmbito universitário, uma vez que, a Lei nº 13.146/2015 estabelece os direitos de uma educação de qualidade para todos os níveis, incluindo o Ensino Superior, como define o art. 28, inciso XIII “acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Posto isso, os objetivos deste trabalho, como mencionado, busca compreender a percepção da pessoa com deficiência sobre as políticas inclusivas e sua efetivação em uma Universidade Pública, com foco em três pontos: identificar as políticas públicas a partir da pessoa com deficiência que é participante direta da Universidade; descrever as ações práticas realizadas na referida instituição, assim como a fala do sujeito, que compartilha suas experiências na universidade; e refletir sobre o processo de inclusão no Ensino Superior na Universidade Pública.

A pesquisa está dividida em dois momentos: levantamento de referencial teórico, e pesquisa *in lócus*, dispondo de questionário com perguntas fechadas e livres. Este trabalho está delimitado ao Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, localizado à Alameda Leandro Ribeiro, bairro da Aldeia, município de Bragança, Pará.

2 PROCESSO DE INCLUSÃO

A proposta deste tópico é trazer um apanhado histórico sobre o percurso social e educacional da inclusão em contexto amplo, não de forma exaustiva, mas para demarcar o tempo e o espaço na configuração social sobre este processo, para depois, ainda neste tópico, abordar sobre a educação inclusiva no Ensino Superior.

No decorrer da história, pessoas com deficiência foram vistas de múltiplas formas, “(...) na Roma antiga, autorizava os patriarcas a matar seus filhos defeituosos, o mesmo ocorrendo em Esparta. Na Europa Medieval, os deficientes eram considerados ora como *enviados divinos*, ora como *criaturas malignas* (...). Os atenienses, por influência de Aristóteles, protegiam seus doentes e os deficientes (...)” (TEIXEIRA, 2010, p. 29 – grifos originais)

O cristianismo possibilitou uma visão mais holística do homem, como ser racional, criado por Deus, e por esse ter sido criado a semelhança de Deus, possui alma, portanto, deve ser considerado homem, não sendo mais aceitável sua exterminação, segundo Teixeira (2010).

Posteriormente, uma visão assistencialista surgiu, e com o advento do renascimento, este deu lugar a um ideal integrativo e profissionalizante (FONSECA, 2001).

Ademais, “a partir de 1789, vários inventos se forjaram com intuito de propiciar meios de trabalho e locomoção aos portadores de deficiência, tais como a cadeira de rodas, bengalas, bastões muletas, coletes, próteses (...)”. (FONSECA, 2001, p. 268). O que culminou tempos depois em movimentos para inserir essas pessoas em diversificadas áreas da sociedade, perpassando entre inserção e, integração, até chegar em diálogos sobre inclusão.

E ao dialogar sobre a inclusão, é importante entender o que está compreendido neste conceito, sua definição segundo o dicionário Michaelis (2015) é incluir um indivíduo em todos os aspectos da vida e da sociedade, seja no âmbito educacional, esportivo, político, religioso, comunitárias e entre outros. E ainda, Sasaki (2005) define que a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluíaam certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas.

Levando este conceito para a educação, Montan (2004) apresenta que a educação inclusiva implica numa mudança de perspectiva educacional, envolve todos os alunos que estão em sala de aula, independente das habilidades, origem ou cultura. Ou seja, a inclusão, está para

além da pessoa com deficiência, entende-se que, as diferenças são inerentes ao ser humano, e que o processo de inclusão abrange isso como um todo.

Para Guijarro (2005) inclusão é um movimento mais amplo em comparação à integração, propõem uma transformação na educação, a fim de eliminar barreiras que possam limitar a aprendizagem e participação dos alunos. Para, além disso, a educação inclusiva traz como pilar o direito à educação e à igualdade de oportunidades, como já divulgado na Declaração dos Direitos Humanos, o direito de todas as crianças à educação (GUIJARRO, 2005).

Esta igualdade proposta não se refere a igualar os alunos e esperar que sejam iguais, como afirma Santos (2006, p. 12) “não é nivelar nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas”.

Os paradigmas desta educação inclusiva tomam forças a partir dos anos noventa, numa esfera internacional, como nos aponta Mazzotta e D’Antino (2011, p. 380):

A inclusão escolar figurou como tema de conferências internacionais, tais como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia), e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994 em Salamanca (Espanha) com a cooperação da UNESCO.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, já apontava para elementos desta visão educacional, no Artigo 205 quando determina que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família (...)” e no art. 208, inciso III “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Na Lei nº 9394/96 – Lei De Diretrizes e Bases Da Educação Nacional (LDB), em seu Capítulo V, art. 58, traz parâmetros sobre a educação especial, “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino”, (§1º) “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular”, (§3º) “A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado”. E, no Artigo 59, afirma a necessidade de ter professores com formação adequada.

A partir destes documentos legais, os debates e ações práticas sobre este assunto foram acentuados, e até hoje se tem percorrido entre tentativas, acertos e erros, no sistema educacional complexo e amplo.

A posteriori, com uma acentuação nos debates internacionais e uma abertura mais intensificada de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e na admissão em instituições

de nível superior, houve ampliações nas políticas inclusivas brasileiras, para seguir as proposições de países exteriores, dando início a inserção da Pessoa com Deficiência (PcD) na formação técnica e superior.

Um dos primeiros documentos norteadores deste movimento no Brasil, específico para o nível superior, foi o Aviso Circular nº 277/MEC/GM de 08 de maio de 1996, requerendo aos reitores das Instituições de Ensino Superior (IES) a execução de uma política educacional adequada. “É importante, por isso, registrar o esforço que as IES empreendem no sentido de adequar-se, estruturalmente, para criar condições próprias de forma a possibilitar o acesso desses alunos ao 3º grau” (BRASIL, 1996).

Faz-se necessário aqui destacar que estas conquistas não são oriundas apenas do contexto internacional, mas também, da pessoa com deficiência e de seus familiares, que estavam solicitando este espaço nas instituições de ensino superior, uma luta social histórica marcada por muitos debates e encontros. Como está redigido, “É, no entanto, elevado o número de solicitações – tanto dos pais, dos alunos portadores de deficiência, quanto das próprias instituições de ensino superior” (BRASIL, 1996).

Por certo, aqui se demarca o registro dessas lutas pelo reconhecimento dos direitos preconizados em leis, apenas em papel, nada mais que isso, e, por conseguinte, a luta social encampada pelos movimentos sociais da pessoa com deficiência e por seus familiares trazem à tona direitos a serem compactuados nas instituições públicas e privadas.

A partir das investidas legais e pactuadas pelos movimentos sociais e familiares, o número hoje de estudantes PcD's ingressos nas universidades ampliou, devido à pressão e ao desenvolvimento de políticas públicas inclusivas, com demarcações nos programas e projetos, entre elas, podem ser citados o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)²; o Programa Universidade para Todos (PROUNI)³ e o Programa de Inclusão no Ensino Superior (INCLUIR)⁴ (MARTINS *et al*, 2017, p. 04), além, é claro de projetos pontuais em algumas instituições públicas que aqui não é o foco para o debate.

² Projeto que subsidia a redução das taxas de evasão, aproveitamento de vagas ociosas, otimização da mobilidade estudantil, reorganização curricular, diversificação da oferta de cursos de graduação, ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil

³ Facilita a ocupação de vagas a estudantes de baixa renda em instituições privadas e orienta a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES

⁴ Ampara em dispositivos legais e em orientações de organismos internacionais, tem como meta a democratização do ensino visando a grupos populacionais em situações de vulnerabilidade social, com a finalidade

Dentre este cenário, as IES tiveram que repensar, readequar-se e reelaborar suas propostas didático-pedagógica e arquitetônicas, mesmo ainda precárias para o recebimento de estudantes PcD's, como argumenta Neves, Maciel e Oliveira (2019, p. 448):

As instituições de ensino superior, em seus diferentes cursos, são levadas a repensar a sua organização física e didático-pedagógica. De uma forma geral, são cobradas a assumir novas posturas perante as legislações vigentes para ter sua credencial, seus cursos reconhecidos ou autorizados – a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, e a Lei nº 13.146/2015, no art. 30, as quais versam sobre o direito da pessoa com deficiência no processo seletivo para o ingresso na educação superior.

Além do direito ao ingresso nas universidades, é estabelecido critérios para que as instituições se estruturam para que o direito à permanência com sucesso destes estudantes seja contemplado, de acordo com a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que determina as ações a serem efetuadas em três categorias: Deficiência Física, Visual e Auditiva.

Estas atuações abrangem possibilidades arquitetônicas, equipamentos para facilitar o aprendizado dos alunos e de profissionais qualificados e flexíveis diante da deficiência do discente.

Nesta perspectiva de educação e de ampliação, têm-se um contraste prático ao que a integração propõe, conforme Anhão (2009, p. 24) “(...) a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de se adaptar, independente de suas necessidades, caso contrário ficam fora desse processo”.

Apesar das pautas da educação inclusiva estar em voga desde o final do século XX, encontra-se ainda diversos desafios para a execução de ações práticas, como a carência de formação dos profissionais no ensino superior que tem sido uma das maiores dificuldades ao receber a pessoa com deficiência na instituição.

Diante de uma pesquisa realizada, na mesma instituição do presente trabalho, foi possível perceber estas contradições entre discurso e prática, entre lei e cumprimento dela, estabelecidas no contexto da inclusão no espaço acadêmico:

(...)se apresenta diante do novo e trazem à tona as contradições dos processos educativos inclusivos nas IES, ou seja, da garantia do acesso: a) ausência de formação dos servidores (professores, técnicos e coordenadores); e b) restrições orçamentárias para mudanças arquitetônicas e comunicacionais que (re)produzem as carências históricas e as limitações das instituições de ensino (NEVES; MACIEL; OLIVEIRA, 2019, p. 451).

Desta forma, os caminhos pelos quais o Campus Universitário de Bragança está passando sob a ótica da educação inclusiva, ainda podem ser considerados como limitados e recentes, uma vez que no ano de 2010 foi registrado a primeira pessoa com deficiência na instituição (NEVES, MACIEL e OLIVEIRA, 2019).

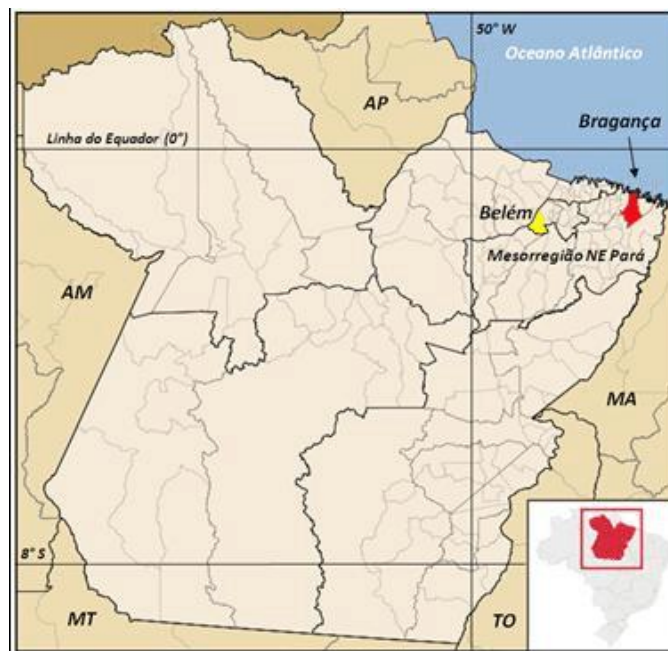
A partir do ano mencionado, percebe-se ao decorrer do trabalho os obstáculos na concretização dessas políticas públicas, mesmo que se refira a uma instituição pública de ensino superior mantida com verbas federais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Área de Estudo

O presente estudo teve como *locus* o município de Bragança (Figura 1), localizado na região Nordeste do estado do Pará, a 212 quilômetros de distância da capital, Belém.

Figura 1 - Localização do município de Bragança do Pará.



Fonte: Costa e Wollmann (2016)

A área da pesquisa ocorreu no Campus Universitário de Bragança, instituição esta que se faz presente no município desde 1987. A partir de então, passou por reformas, ampliações e construção de novos blocos para atender a demanda de estudantes oriundos de Bragança e cidades vizinhas.

3.2 Coleta de Dados

A abordagem escolhida para a realização da pesquisa foi a qualitativa, por entender a sua capacidade em extrair informações de cunho subjetivo e aproximação que possibilita entre entrevistador e entrevistado, e compreender o sujeito em seu contexto. Segundo Bogdan e Biklen (1997, p. 67), na investigação qualitativa, “o objetivo principal do investigador é o de construir conhecimentos e não dar opinião sobre determinado contexto”.

Ou seja, se busca nessa abordagem a compreensão dos processos em determinado contexto através dos sujeitos entrevistados, o qual compartilham suas ideias, significações e colaborações para o fenômeno investigado.

Os instrumentos utilizados para alcançar os objetivos propostos na pesquisa foram questionários em dois formatos, o primeiro composto de perguntas fechadas, e o segundo por perguntas abertas, no intuito de obter informações preliminares sobre os entrevistados e também ter a participação do sujeito em suas falas.

Para Trivinões (1987) na abordagem da pesquisa qualitativa o ponto central de técnicas que ressaltem as implicações da pesquisa e da pessoa que fornece a informações. Sendo assim, os métodos de perguntas livres por meio de questionários com perguntas semiestruturadas, proporcionam esse espaço de participação.

Posto isto, o critério para a escolha dos sujeitos se baseou em alunos e servidores da instituição que fazem parte do grupo PcD do Campus. Serão apresentados através de letras do alfabeto como: A, B, C e D para que a identidade dos mesmos seja resguardada. Os meios utilizados para a execução dos questionários foram: Plataforma de videoconferência (Google Meet e Gmail), entre os meses de setembro e outubro de dois mil e vinte.

Esse formato de coleta dos dados se deu ao fato da pandemia causada pelo COVID-19, uma doença causada pelo vírus denominado de SARS-CoV-2, variando de quadros clínicos assintomáticos a graves. Cerca de 80% dos pacientes são assintomáticos ou apresentam poucos sintomas, e 20% precisam de atendimento hospitalar, destes, 5% podem necessitar de suporte ventilatório, segundo a Organização Mundial de Saúde (BRASIL,2020)

Nesse cenário, houve a necessidade de restrição das relações sociais, especialmente, em espaços que normalmente se congrega um coletivo de pessoas, como as escolas da educação e as universidades.

Assim, considerando a situação de emergência da saúde pública em âmbito internacional decorrente do Novo Coronavírus, reconhecida no Brasil por meio da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, bem como a Portaria nº. 1321/2020, do Gabinete da Reitoria, que autoriza, de modo excepcional, a realização de reuniões com a participação a distância de Conselhos Deliberativos.

Considerando ainda a Resolução nº. 1.513 do Conselho Superior de Administração da UFPA que a passou a adotar o uso de “bandeiras” para orientar a comunidade acadêmica quanto às permissões e restrições de atividades a serem seguidas pela comunidade universitária.

3.3 Análise dos Dados

Para a análise dos dados obtidos, foi realizada uma divisão das perguntas entre: resposta, bibliografia e análise, para detalhar os pontos trazidos pelos sujeitos, e possibilitar um diálogo com as falas. Trazendo assim, elementos ressaltados por André e Ludke (1986, p. 49) no processo de análise dos dados:

É preciso que o pesquisador vá além, ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado. Para isso ele terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações.

Devido a esses pontos estabelecidos, as respostas mais expressivas foram transcritas e colocadas no trabalho na íntegra e a análise delas estão embasadas nas interpretações por meio da análise de conteúdo e tratadas a partir das bibliografias utilizadas até aqui e outras mais que foram julgadas necessárias para a constituição da discussão.

A análise de conteúdo é uma técnica que faz conclusões de forma objetiva sobre elementos implícitos, por isso, “embora o corpus de texto esteja aberto a uma multidão de possíveis questões, a AC interpreta o texto apenas à luz do referencial de codificação, que constitui uma seleção teórica que incorpora a objetivo da pesquisa” (BAUER, 2002, p. 199).

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

4.1 Teoria e Leis em comparação a Práticas e Percepções

Dentre os participantes, todos expuseram conhecer as políticas públicas de inclusão, mesmo tendo carências de conhecimentos como apresentaram os entrevistados A, B e C em aspectos arquitetônicos. No que tange à percepção da inclusão dentro da Universidade, B e C relataram que a instituição dispõe de elementos inclusivos, mas percebem a falta de elementos

estruturais/arquitetônicos adequados, enquanto A e D, sentem a ausência tanto de estrutura mais adequada como de profissionais mais capacitados.

A partir destas respostas iniciais, percebe-se um fator de confronto da inclusão com a integração. A integração ao adentrar no espaço universitário e contar com profissionais cientes das políticas públicas de inclusão, no entanto, não encontrar de fato a inclusão por meio de elementos facilitadores que poderiam estar presentes dentro desse espaço e professores que não têm disponíveis todos os recursos e habilidades para o saber-fazer em termos pedagógicos, limitando assim a inclusão, uma vez que “a construção de uma prática inclusiva no ensino superior requer o preparo do professor(...). (NEVES; MACIEL; OLIVEIRA, 2019, p.452)”.

Logo, vê-se a complexidade do processo de inclusão, para além de normas legislativas e diretrizes, a inclusão se faz com aceitação social, exige mudança no pensar e fazer (TEIXEIRA, 2010).

Nesse cenário, componentes estruturais, didáticos e/ou entre outros, precisam provocar o processo inclusivo a partir da ótica da pessoa com deficiência, como evidencia nas falas do **Entrevistado A** “*A inclusão é a realização de um conjunto de ações com o objetivo de favorecer à pessoa com deficiência a participação no contexto social com o maior nível de autonomia possível, assegurando-lhe o exercício da sua cidadania*” e do **Entrevistado B** “*Inclusão é oferecer oportunidades aos alunos com algum tipo de deficiência, garantir acessibilidade e que os mesmos possam usufruir dos mesmos direitos que os outros alunos possuem no âmbito acadêmico*”.

Com base nas respostas, observam-se falas empoderadas com a legislação vigente sobre o direito de acesso e permanência, como estabelece a Lei nº 13.146 em seu art. 4º “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015).

Para além da igualdade de oportunidades, a relevância da participação no contexto social e autonomia por aspectos arquitetônicos, são pontos destacados, como ressalta o **Entrevistado D**: “*A inclusão, teoricamente seria dar oportunidade para a pessoa com deficiência em todos os aspectos; arquitetônicos, sociais, e pedagógicos, é dar as condições necessárias para que a pessoa se sinta incluída*”.

Como está prescrito no art. 53 da mesma Lei nº. 13.146: “A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (BRASIL, 2015).

Para além de conceitos, o atendimento às necessidades cotidianas na prática é o que realmente faz a diferença e para se tornar efetiva, é necessário que a política esteja adequada e traga conforto a quem precisa, assim como permite com que aos usuários tenham condições de acesso às dependências com trafegabilidade própria e autônoma.

No que tange a eficácia dessas políticas, o **Entrevistado B** relatou que em sua opinião, as políticas públicas estão atendendo às necessidades: *“Sim, inclusive sempre fui bem recebido dentro do campus em que estudo, com profissionais dando suporte sempre que preciso”*.

Diferindo das respostas de **A**, **C** e **D**: *“Apesar de ter avançado bastante nos últimos tempos ainda tem muito a ser melhorado”* (**Entrevistado C**).

O **Entrevistado D** possibilitou uma análise maior dentro do espaço do Campus:

“Na minha opinião, não. Nós sentimos falta de muitas questões, e posso até dizer que por caso disso, a inclusão propriamente dita não existe (...) o próprio campus de Bragança nós vemos que ainda carece de várias condições de acessibilidade de inclusão, tanto arquitetônica quanto pedagógica (...) A exemplo os alunos cegos, que não tem acesso ao piso tátil, outra dificuldade do aluno cego é em relação ao material em braile, o campus tem que enviar todo o apostilado para Belém para poder transcrever para o braile(...)”.

Ao aprofundar mais no assunto, foi questionado ao **Entrevistado D** sobre o preparo das pessoas que projetam a Universidade, ao que respondeu:

“Se faz uma passarela por exemplo e não se pensa no piso tátil, então esse projetista não está preparado, hoje por exemplo 22 de setembro de 2020 foram inaugurados dois prédios no campus de sala de aula, e não está lá o elevador, então não se pensou na acessibilidade quando projetaram e construíram o prédio, está o espaço para o elevador, mas inauguraram sem o elevador, ou então projetaram, mas na hora da execução, executaram pela metade”.

Percebe-se a partir desta fala, as contradições que ainda estão presentes no convívio social pertinentes aos direitos da pessoa com deficiência, no art. 2, inciso I, da Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, dispõe: *“eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo; construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas”*.

Por certo, isto possibilita a reflexão sobre o paradoxo lei e prática. No Brasil, leis que abordam sobre estes direitos estão presentes antes do ano dois mil, ainda assim, no cenário atual dentro do espaço universitário se percebe a ausência de qualificação no que diz respeito à organização e estruturação frente aos direitos da pessoa com deficiência, como bem relata a **Entrevistada A**:

“Temos avançado quanto ao desenvolvimento de políticas públicas de inclusão (...), mas, precisamos avançar também na realização de práticas que atendam às necessidades das pessoas com deficiência (...) em relação ao aspecto arquitetônico,

por exemplo, ainda há barreiras para serem superadas como: a falta de planejamento adequado das edificações públicas, que acarreta enormes dificuldades para aqueles que tem mobilidade reduzida. Basta observar os espaços públicos da nossa cidade e comparar para perceber que ainda há muitos sem a infraestrutura adequada para proporcionar a inclusão”.

A permanência de estudantes e servidores com deficiência está vinculada ao conjunto de ações que asseguram a inclusão, estando ligada à participação, condições de acessibilidade, educacional, comunicacional, apoio, para que todas as áreas desta pessoa sejam contempladas, e haja progresso em sua formação acadêmica e profissional (FREITAS, 2015).

Diante disto, foi questionado aos participantes se sentiam a necessidade em ter um número maior de pessoas com deficiência à frente de criação de políticas públicas de inclusão e, as respostas divergiram, pois para os **Entrevistados A, C e D** há necessidade de ter pessoas com deficiência discutindo sobre as políticas, destacada principalmente na seguinte fala: *“Sim, precisamos ter mais representatividade, pois é importante que pessoas com deficiência tenham voz e se façam ouvir (...) sabemos quais desafios diários precisam ser superados para realizarmos nossos objetivos”* (**Entrevistada A**).

“Acho importante, é um problema sério porque são pessoas que não tem deficiência, discutindo temas e questões relacionadas a pessoa com deficiência. Certa vez eu estava na área externa do campus, e o coordenador me apresentou uma equipe de infraestrutura de Belém, eu me coloquei a disposição, se eles precisassem de mim, eu até brinquei, mas falando sério ao mesmo tempo, que eu era o único especialista ali, não tenho o conhecimento teórico, mas tenho o prático, porque eu utilizo os acessos”. (**Entrevistado D**).

Nesse contexto, a falta de participação, ou a não valorização das opiniões e propostas da pessoa com deficiência nos espaços públicos e privados, demonstra ainda a existência de práticas assistencialista (SILVA; OLIVER, 2019). Se as políticas públicas de inclusão são corriqueiramente tratadas como assistencialismo, logo, as pessoas com deficiência são receptoras destas políticas e não participantes ativas em sua construção.

Mas também observamos outro ponto de vista, segundo o **Entrevistado B**, considera importante a participação, no entanto, faz-se mais importante ter pessoas capacitadas, sejam elas PcD's ou não, como ressalta: *“Não sinto essa falta, se bem que ter representatividade é importante, mas ao meu ver basta ter pessoas capacitadas para desempenhar uma luta em prol dos direitos das pessoas com deficiência. Existem profissionais excelentes que lutam por essa causa”.*

Apesar das declarações acima, os entrevistados com exceção ao **Entrevistado D**, relataram que as políticas públicas são acessíveis a eles no espaço acadêmico, já a fala diversa, ressalta que há mais conquistas para os discentes do que para os servidores. Alguns

profissionais especializados para essa área estão direcionados aos alunos e não aos servidores e professores da instituição.

No entanto, embora os entrevistados não notem muitas dificuldades em relação a eles próprios, percebem que há carência na efetivação das leis de inclusão no Campus, como nos aponta a **Entrevistada A**:

“As principais dificuldades são: estruturais e atitudinais. A estrutura física carece, ainda, de atenção quanto à adequação necessária para proporcionar acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida e deficiência visual (deficiências apresentadas pela maior parte do público PCD do campus, atualmente). Os espaços foram projetados e construídos sem considerar a acessibilidade desse público, podemos mencionar como exemplo: os blocos atuais de salas de aula (I e II), que não possuem elevadores; o bloco novo de salas de aula, que também não foi planejado para ser entregue com os elevadores já funcionando; as passarelas sem o piso tátil. Há, ainda, dificuldades causadas por comportamentos de profissionais que não dão a atenção devida às orientações propostas para favorecer acessibilidade aos alunos no ambiente acadêmico, mostrando-se pouco sensíveis às necessidades dos mesmos, o que prejudica o processo de ensino-aprendizagem”.

Destarte, é posto a relevância da formação continuada, cursos entre outras possibilidades de somar nos conhecimentos e sensibilidade aos direitos, como pontua Ferreira (1999, p. 146 *apud* AZAMBUJA; SOUZA; PAVÃO, 2021, p. 299): “a questão de que conhecimentos ou competências, oriundas da área da educação especial, são imprescindíveis aos professores em geral”.

No entanto, cabe aqui ressaltar que as formações destinadas a estas temáticas não podem estar direcionadas apenas aos professores, como se pode perceber a partir das falas dos entrevistados. A carência de uma formação inclusiva para arquitetos, engenheiros, profissionais que fazem atendimento ao público entre outros, dificultam a plena efetividade dos direitos da pessoa com deficiência.

As dificuldades mais evidenciadas foram por aspectos arquitetônicos como explica o **Entrevistado D**:

“O acesso por questões arquitetônica, elevadores, por exemplo, não consigo acessar os outros andares do prédio administrativo, e quando tinha necessidade de ter reunião, era sempre uma dificuldade para encontrar uma sala disponível, no térreo, em que eu pudesse ir, porque as plataformas não estavam funcionando. Tem o elevador do prédio administrativo, mas funcionava uma semana e parava um mês, eu já fiquei preso nesse elevador e houve outros incidentes também de pessoas que ficaram presas”.

Enquanto **Entrevistado C** disse não perceber nenhuma dificuldade, o **Entrevistado B** não soube responder por que lhe faltam de conhecimentos dos projetos da Universidade.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará, para os anos de 2016 à 2025, dispõe:

E em obediência aos Decretos de nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, a UFPA vem implementando várias obras de reformas e adaptações no seu espaço físico, visando à eliminação das barreiras arquitetônicas para tornar os recursos e edificações cada vez mais acessíveis de modo a garantir acessibilidade das pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2017, p. 138).

A partir das falas e do próprio Plano de Metas da Universidade em questão, percebe-se a grande dificuldade nas adequações da estrutura, haja vista que a maior parte dos prédios foram construídos nos anos 80 e 90, uma vez que, fazer a adequação destes espaços se torna custoso e por conta disso as reformas são implementadas progressivamente (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2017)

Por fim, foi perguntado aos entrevistados se eles teriam propostas a serem feitas para a instituição. O **Entrevistado B** ressaltou sobre as melhorias que necessitam ocorrer na parte estrutural “(...) *melhorias nesse quesito da estrutura*”. O **Entrevistado C** concluiu que não teria propostas, pois suas necessidades são atendidas pelo *Campus*.

Tanto o **Entrevistado A** como o **Entrevistado D** propuseram melhorias que em suas opiniões seriam importantes de serem efetivadas:

“Tenho propostas, e inclusive expus, mas acabei desistindo de falar sobre isso, porque bater na mesma tecla é bem complicado. A questão acessibilidade arquitetônica, há propostas da coordenação do campus, mas precisam do aval de Belém, e reconheço também que houve várias contingências. O acesso a biblioteca também, ouvi dizer que estavam pensando em construir ao lado do prédio administrativo, espero que se concretizem para ter um acesso adequado, melhoria no piso do estacionamento, porque o piso que colocaram é o mais inadequado, tanto para quem está de cadeira de rodas, como de bengala ou pessoa cega, o piso tátil, instrumentos sonoros para pessoa com deficiência visual”. (**Entrevistado D**).

Vários aspectos foram também mencionados pelo **Entrevistado A**:

“Instalação de piso tátil nas passarelas; Disponibilização do mapa tátil do campus; Adoção de placas de sinalização de ambientes e qualquer outro informativo com caracteres em tamanho ampliado e em braile; Instalação de elevadores nos blocos de salas de aula; Capacitação continuada para professores e técnicos; Aquisição de livros digitais e audiolivros para a biblioteca; Aquisição de lupas eletrônicas para a biblioteca”.

Em síntese, ao decorrer das falas dos entrevistados é possível perceber seus anseios em relação à plena efetivação das políticas públicas, sugerem melhorias, no entanto, reconhecem os avanços já conquistados.

Sendo assim, o contexto da pessoa com deficiência no Campus Universitário de Bragança está marcado por conflitos, conquistas, contradições e desafios. O marco legal das

políticas de inclusão torna os meios facilitadores mais palpáveis às pessoas com deficiência, mas não garantem verdadeiramente a inclusão por si só (NEVES; MACIEL; OLIVEIRA, 2019).

As políticas públicas para a efetivação da inclusão nas instituições de ensino superior, especialmente, no Campus Universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará, por certo, ainda está longe, pois a partir dos relatos e observações realizadas em *lócus* nota-se a quão dificultosa é a acessibilidade para as pessoas com deficiência para permanência com sucesso na academia.

Nesse sentido, o presente estudo se torna como um indicador das ausências para o atendimento integral às pessoas com deficiência, principalmente, arquitetônica – uma vez que os relatos apresentaram que há prédios construídos sem a projeção de acesso a quem é deficiente.

Logo, esse indicador deve ser levado às pessoas que gerenciam a unidade e à administração superior para que o reconheçam e façam ajustes arquitetônicos que levem em consideração o que é preconizado nas leis e, mais precisamente, seja considerada a pessoa com deficiência no espaço acadêmico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de inclusão ainda têm um longo caminho a percorrer, foi percebido diante do histórico dessas políticas no contexto brasileiro e pelas falas dos entrevistados que são pautas demarcadas e desenhadas no cenário da sociedade com traços de conquistas e perdas, aceitação, respeito, mas também desinformação e marginalização.

Mesmo que haja espaços para avanços dessas políticas e uma participação mais ativa da pessoa com deficiência, têm-se uma boa base no que diz respeito a legislação, ela se estende a diversas áreas da vida da pessoa com deficiência, a afirmação dos direitos, da garantia à cidadania, à saúde, à educação, ao trabalho, entre outros, conforme o disposto no art. 5 da Constituição Federal do Brasil de 1988. O que se pode perceber é que há uma lacuna entre legislação e efetivação.

Dentro do Campus Universitário de Bragança, onde foi realizada a pesquisa, houve avanços, pois, a partir da legislação e das conquistas da pessoa com deficiência, tiveram direitos garantidos e oportunidades para o estudo, a pesquisa e o trabalho. Porém, percebe-se também a carência de uma inclusão mais sólida, de elementos facilitadores, profissionais mais capacitados e estrutura mais adequada.

A inclusão é conquistada por vezes de forma tímida e gradual, mas é algo que deve ser garantido pelos espaços institucionais e sociais, tanto conforme a lei como por respeito e humanidade. Ademais, conclui-se que os dirigentes devem ser sensibilizados para que a acessibilidade se torne uma realidade e atenda efetivamente às pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ANHÃO, P. P G. **O processo de interação social na inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down em educação infantil**. 2009. 88p. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Saúde na Comunidade, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

AZAMBUJA, G.; SOUZA, C. R. S.; PAVÃO, S. M. O. **Cultura De Educação Inclusiva: a educação especial e os processos formativos de professores**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.20, n2, p.291-308, jun./dez. 2012.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 15 de out. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Aviso Circular nº 277/MEC/GM, de 08 de maio de 1996**. Dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais. Brasília Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf> > Acesso em: 01 de jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 nov. 2003. Seção 1, p. 12.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial Da União, Brasília, DF, 06 jul. 2015 Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm > Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Presidência da República Secretaria-Geral. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus-Sobre a Doença**. Governo do Brasil. Brasília, 2020. Disponível em : < <https://coronavirus.saude.gov.br> > Acesso em: 19 de fevereiro de 2020.

COSTA, T.O; WOLLMANN, C. A. **Eventos de precipitação extrema e impacto meteórico na bacia hidrográfica do igarapé cereja, área urbana de Bragança-PA, durante o**

inverno amazônico de 2014. Revista de Departamento de Geografia da USP. São Paulo, SP, Volume Especial, p. 51-69, 2016.

FONSECA, R. T. M. **O trabalho protegido do portador de deficiência.** Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. São Bernardo do Campo. 2001.

FREITAS, M. A. G. **Equidade e eficácia no ensino superior: o ingresso, permanência e desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência.** 137 f. 2015. (Dissertação Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GUIJARRO, M. R. B. **Ensaio Pedagógico: construindo escolas inclusivas.** Brasília: Seesp, 2005. 180 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **O Direito de Ser, Sendo Diferente, na Escola.** Conferência proferida no Seminário sobre Direito da Educação. Brasília. 2004.

MARQUES, M. P. S. D. **O Acesso de Pessoas com Deficiência ao Sistema Público de Ensino de Manaus na Percepção dos Professores.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'Antino, M. E. F. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde Soc.** v.20, n.2, p.377-389. São Paulo. 2011.

MARTINS, S. E. S. O.; GOMEZ, A. J. V.; FERNANDES, Y. Z.; BENETTI, C. S. **Inclusão de universitários com deficiência na educação superior: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai.** *Jornal de Políticas Educacionais.* V. 11, n. 18. 2017.

MICHAELIS **moderno dicionário da língua portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>> Acesso em: 24 jun. 2020.

NEVES, J. V.; MACIEL, R. A.; OLIVEIRA, M. V. S. **Representações de práticas inclusivas: da realidade vivida aos caminhos da inclusão no ensino superior na Amazônia paraense.** *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* Brasília, v. 100, n. 255, p. 443-463, maio/ago. 2019.

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. (Orgs.). **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas.** São Paulo: Cortez, 2006.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Inclusão.** ano I, n. 1, p. 19-23, out., 2005.

SILVA, A. C.; OLIVEIRA, F. C. **Pessoas com deficiência no caminho da democracia participativa.** Disponível em: <https://bvsalud.org/>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

TEIXEIRA, M. C. A. **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil.** Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2010.
TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2016-2025.** Belém, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Administração **Resolução N. 1.513, de 21 de dezembro de 2020.** Estabelece normas e procedimentos para o trabalho acadêmico e administrativo remoto e/ou presencial durante o período de emergência em saúde pública causada pelo novo Coronavírus. Belém, 2020.

WASHINGTON C. S. N.; Bruno, M. M. G.; Cabral, L. S. A. C. **Inclusão no Ensino Superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande.** Dourados. Psicologia Escolar e Educacional, SP. Número Especial, 2018: 105-113.